



**EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2001**

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

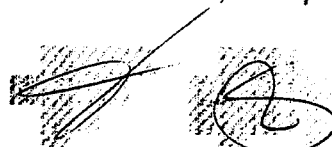
CNPJ/MF nº 33.050.196/0001-88

NIRE Nº 353.000.437-31

DATA, HORA E LOCAL: 25 de abril de 2001, às 14:00 horas, na sala de reuniões do Conselho de Administração, situada na sede da Companhia Rodovia Campinas-Mogi Mirim, km 2,5, em Campinas-SP. **QUORUM:** Quorum legal de acionistas com direito a voto. **MESA:** Presidente – Carlos Ernirio de Moraes, Secretário: Renato de Lima Júnior, Conselho Fiscal – Inácio Clemente da Silva e Auditoria Independente – Sr. Sergio Felice, representante da Arthur Andersen Consultoria Fiscal Financeira S/C Ltda. **PUBLICAÇÕES:** Diário Oficial do Estado de São Paulo, Gazeta Mercantil e Correio Popular, ambos de Campinas, nos dias 17, 18 e 19 de abril de 2001. Esclareceu o Sr. Presidente que a Convocação acima foi republicada, a pedido da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para complementação das informações, sem alteração na pauta de matérias a serem deliberadas, nos mesmos jornais acima citados em suas edições de 20, 23, 24 e 25 de abril de 2001. **PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES:** (I) No item “A” da Ordem do Dia, composto pelas matérias ordinárias, o Sr. Presidente solicitou ao Secretário que procedesse a leitura dos Pareceres do Conselho Fiscal, e da Proposta do Conselho de Administração, documentos esses com os seguintes teores: “PARECER DO CONSELHO FISCAL. O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Força e Luz, representado pelos membros abaixo assinados, no exercício da competência que lhe é atribuída pelo artigo 163 da Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Contábeis da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2000, compreendendo o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, complementadas por Notas Explicativas e Parecer dos

**EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2001**

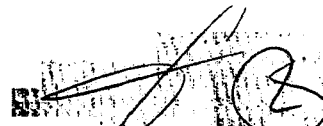
*Auditores Independentes, bem como pelo Relatório da Administração sobre negócios sociais. Considerando que a documentação está formalizada em termos que traduzem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2000 e que as verificações procedidas se assentaram, basicamente, em análises realizadas periodicamente nos balancetes, em trabalho de acompanhamento das atividades de gestão, avaliação de dados, informações e esclarecimentos prestados pelos órgãos Diretivos, o Conselho Fiscal é de parecer que as mencionadas Demonstrações Contábeis apresentadas estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas. Campinas, 15 de março de 2001. Luiz Carlos Taba Iwayama, Paulo César Simplicio da Silva, Miguel Cícero Terra Lima, Wilson Carlos Duarte Delfino, Antonio Carlos da Silva." e **"PARECER DO CONSELHO FISCAL** - O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Força e Luz, representado pelos membros abaixo assinados, no exercício da competência que lhe é atribuída pelo artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as seguintes propostas para destinação dos Lucros Acumulados no exercício de 2000: a) constituição de Reserva Legal no montante de R\$ 4.238.732,29 (Quatro milhões, duzentos e trinta e oito mil, setecentos trinta e dois reais e vinte e nove centavos), nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e parágrafo 1º do artigo 27 do Estatuto Social; b) Imputação ao dividendo mínimo obrigatório dos Juros sobre o Capital Próprio, de conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 46.837.000,41 (Quarenta e seis milhões, oitocentos e trinta e sete mil reais e quarenta e um centavos), calculados de acordo com as Leis nºs 9.249/95 e 9.430/96, Deliberação nº 207/96 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Instruções Normativas nºs 93/97 e 41/98 da Secretaria da Receita Federal, sendo R\$ 19.000.001,19 (Dezenove milhões e um real, e dezenove centavos) com base no resultado apurado até o mês de março de 2000 e pago em maio de 2000, e R\$ 27.836.999,22 (Vinte e sete milhões, oitocentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte e dois centavos) com base no resultado apurado até dezembro de 2000, a ser pago*



ATA
16001

**EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2001**

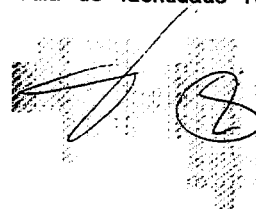
em 2001;c) Declarar Dividendos no valor R\$ 48.985.084,12 (Quarenta e oito milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, oitenta e quatro reais e doze centavos), de conformidade com os artigos 201 a 205 da Lei nº 6.404/76. Considerando que as propostas estão em consonância com a legislação societária e com o Estatuto Social da CPFL, o Conselho Fiscal é de parecer que as mesmas estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas. Campinas, 15 de março de 2001. Luiz Carlos Taba Iwayama, Paulo César Simpício da Silva, Miguel Cícero Terra Lima, Wilson Carlos Duarte Delfino, Antonio Carlos da Silva" e "**PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** - Senhores Acionistas. 1. Em atendimento ao artigo 176 da Lei 6.404/76, foram levantadas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2000, apurando-se um lucro líquido de R\$ 84.774.645,86 (oitenta e quatro milhões, setecentos e setenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e seis centavos). Na forma estabelecida pelo artigo 9º do Estatuto Social, submetemos as Demonstrações Financeiras à apreciação e aprovação de Vossas Senhorias, bem como as seguintes propostas: a) Constituição de reserva legal no montante de R\$ 4.238.732,29 (quatro milhões, duzentos e trinta e oito mil, setecentos e trinta e dois reais e vinte e nove centavos), nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76 e parágrafo 1º do artigo 27 do Estatuto Social; b) Imputação dos juros sobre o capital próprio ao dividendo mínimo obrigatório, de conformidade com o artigo 202 da Lei 6.404/76, no montante total de R\$ 46.837.000,41 (quarenta e seis milhões, oitocentos e trinta e sete mil reais e quarenta e um centavos) calculados de acordo com as Leis nºs. 9.249/95 e 9.430/96, Deliberação nº 207/96 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Instruções Normativas nºs. 93/97 e 41/98 da Secretaria da Receita Federal. Desse montante de Juros sobre Capital Próprio, o valor de R\$ 19.000.001,19 (dezenove milhões, um real e dezenove centavos), que tomou como base o resultado apurado até março de 2000, foi pago em maio de 2000, e o montante restante de R\$ 27.836.999,22 (vinte e sete milhões, oitocentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa e nove



ATA Nº 15
15.0001

**EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2001**

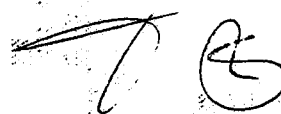
reais e vinte e dois centavos), calculados com base no resultado apurado até dezembro de 2000; c) Declaração de dividendos no valor de R\$ 48.985.084,12 (quarenta e oito milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, oitenta e quatro reais e doze centavos), de conformidade com o Artigo 201 da Lei 6.404/76, a serem pagos no decorrer do exercício social de 2001; d) Definição de que as datas de pagamento, ficarão a cargo da Diretoria, de acordo com a disponibilidade de recursos de caixa, mediante simples comunicação ao Conselho de Administração, tanto os Juros sobre Capital Próprio no valor de 27.836.999,22 (vinte e sete milhões, oitocentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte e dois centavos) como os dividendos no valor de R\$ 48.985.084,12 (quarenta e oito milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, oitenta e quatro reais e doze centavos).(.....). Carlos Ermírio de Moraes - Presidente do Conselho de Administração". Após a leitura, o Sr. Presidente submeteu a proposta à discussão e, em seguida, à votação, tendo sido aprovadas, com as abstenções legais, as Demonstrações Contábeis da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2000, compreendendo o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, bem como foram aprovadas, com as abstenções legais, as propostas de destinação do lucro líquido do exercício, a distribuição de dividendos, a constituição de Reserva Legal, nos termos do artigo 193 da Lei 6404/76 e parágrafo 1º do artigo 27 do Estatuto Social, a imputação dos juros sobre o capital próprio ao dividendo mínimo obrigatório, e a declaração de dividendos, tudo nos estritos termos da Proposta do Conselho, ratificada pelo entendimento do Parecer do Conselho Fiscal. (II) Passando para o item seguinte da Ordem do Dia da Assembléia Geral Ordinária, "eleição dos membros efetivos do Conselho de Administração, para o próximo biênio", o Sr. Presidente colocou a palavra à disposição dos Srs. Acionistas para indicação dos nomes a serem submetidos à Assembléia. Foram trazidas à mesa propostas das indicações dos seguintes membros **CARLOS ERMÍRIO DE MORAES**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº



ATA Nº 001
15 05 01

**EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2001**

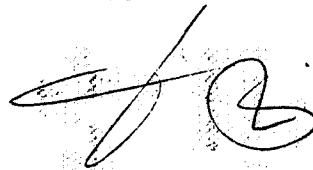
5.182.257-SSP/SP e do C.I.C. nº 021.946.058-27, domiciliado na Praça Ramos de Azevedo, 254, 7º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **JOSÉ SAID DE BRITO**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade R.G. n. 1/R-810.709-SSP/SC e do C.I.C. nº 212.278.107-68, domiciliado na Praça Ramos de Azevedo, 254, 1º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **RAPHAEL ANTONIO NOGUEIRA DE FREITAS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 2.412.108-3-SSP/SP e do C.I.C. nº 007.595.708-68, domiciliado na Rua Funchal, 160, bloco 07, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **ROGER AGNELLI**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 5.580.439-SSP/SP e do C.I.C. nº 007.372.548-07, domiciliado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3064, 6º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **RENATO LUIZ BELINETE NAEGELE**, brasileiro, separado judicialmente, bancário, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 552.950 SSP/DF e do C.I.C. nº 308.076.621-00, residente e domiciliado SQN 313 - bloco "A", apto. 103, asna Norte, em Brasília, Distrito Federal; **ANTONIO AUDELINO CORREA FILHO**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 3.745.461-4-SSP/SP e do C.I.C. nº 072.909.938-53, residente e domiciliado na Rua Sacramento, 518, apto. 21-A, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo; **ARLINDO MAGNO DE OLIVEIRA**, brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 81337966-6-IFP/RJ e do C.I.C. nº 281.761.977-34, domiciliado na Praia de Botafogo, 501, 4º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **CARLOS ALBERTO CARDOSO MOREIRA**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 8.891.984-SSP/SP e do C.I.C. nº 039.464.818-84, domiciliado na SQS 211, bloco "B", apto. 208, em Brasília, Distrito Federal; **ELAINE ALEIXO LUSTOSA THOMPSON FLORES**, brasileira, casada, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 11.248-MRE/JR e do C.I.C. nº 783.519.367-15, domiciliado na Rua do Ouvidor, 98, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **FRANCISCO CAPRINO NETO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula



ATA
16541

**EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2001**

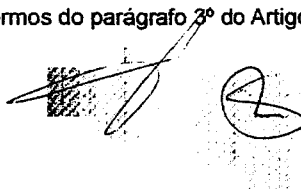
de Identidade R.G. nº 9.199.282-SSP/SP e do C.I.C. nº 049.976.298-39, domiciliado na Rua Funchal, 160, bloco 9, térreo, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **LUIZ MAURÍCIO LEUZINGER**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 1.606.512-SSP e do C.I.C. nº 009.623.687-68, domiciliado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3064, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **VALÉRIA MARIA DE PAULA REZENDE**, brasileira, casada, bancária, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 03098143-5-IFP/RJ e do C.I.C. nº 535.231.057-49, domiciliada na Avenida Paulista, 2163, 8º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e **PAULO DE TARSO GAETA PAIXÃO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 3.340.770-SSP/SP e do CIC nº 098.098.217-00, residente e domiciliado na Rua Romeu Masseli Le Petit, 160, quadra S, lote 17, Jardim Botânico, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo. O Sr. Presidente colocou a proposta de indicação em discussão e em seguida em votação, tendo sido eleitos, por unanimidade, os membros indicados. Passando para o próximo item da ordem do dia, "**eleição dos membros do Conselho Fiscal, e seus suplentes, para o próximo ano**", o Sr. Presidente colocou a palavra à disposição dos Srs. Acionistas para indicação dos nomes a serem submetidos à Assembléia. Foram trazidas à mesa propostas das indicações dos seguintes membros **INÁCIO CLEMENTE DA SILVA**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 5.030.999-SSP/SP e do C.I.C. nº 537.672.098-53, domiciliado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3064, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro titular, sendo seu suplente **ANTONIO CARLOS DA SILVA**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 4.171.358-SSP/SP e do C.I.C. nº 027.249.878-53, domiciliado na Rua Funchal, 160, térreo, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **RAMON PEREZ**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 9.617.066 e do CPF nº 073.908.328-78, domiciliado na Rua Manoel Jacinto, 932, 10º andar, na Cidade de São Paulo/SP, como membro titular, sendo seu suplente **LUIZ CARLOS TABA IWAYAMA**,



ATA
15001

**EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2001**

brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 17.385.176-SSP/SP e do C.I.C. nº 116.489.208-88, domiciliado na Praça Ramos de Azevedo, 254, 1º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **PAULO CESAR SIMPLÍCIO DA SILVA**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 7.003.455-SSP/MG e do C.I.C. nº 497.415.437-00, domiciliado na Avenida Paulista, 2163, 6º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro titular, sendo seu suplente **SÉRGIO PINHEIRO RODRIGUES**, brasileiro, casado, aposentado, portador da Cédula de Identidade nº 677.182.961SSP/MA e do C.I.C. nº 8.205.123-20, domiciliado na Avenida São Luis Rei de França, quadra 05, casa 2, Jardim Eldorado, na Cidade de São Luis, Estado do Maranhão; **RENÊ SANDA**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 1.158.318-4-SSP/SP e do C.I.C. nº 50.142.628-05, domiciliado na SQN 315, bloco "F", apto. 104, Asa Norte, em Brasília, Distrito Federal, como membro titular, sendo seu suplente **LUCIANA FREITAS RODRIGUES**, brasileira, solteira, bancária, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 06.398.482-4IFP/RJ e do C.I.C. nº 759.395.847-7, domiciliada na Rua Aarão Reis, 21, apto. 402, Santa Teresa, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **MARTIN ROBERTO GLOGOWSKY**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 4.700.146-SSP/SP e do C.I.C. nº 861.682.748-04, domiciliado na Alameda Santos, 2477, 4º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro titular, sendo seu suplente **CARLOS HENRIQUE PECORINO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 6.557.592-SSP/SP e do C.I.C. nº 763.509.678-87, domiciliado na Alameda Santos, 2477, 4º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O Sr. Presidente colocou a proposta de indicação em discussão e em seguida em votação, tendo sido eleitos **para membros do Conselho Fiscal**, para mandato de um ano, os Srs. acima nomeados e qualificados, bem como seus suplentes. (III) A Assembléia fixou a Remuneração Global dos Administradores da Companhia, inclusive membros do Conselho Fiscal, nos termos do parágrafo 3º do Artigo 162 da



**EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2001**

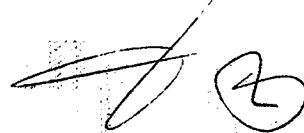
Lei 6.404/76, em até R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para o período compreendido entre 01/05/2001 a 30/04/2002, já incluídos benefícios e encargos. (IV) No item "B" da Ordem do Dia, composto pelas matérias referentes à **Assembléia Geral Extraordinária**, foram apresentadas as propostas de cancelamento de 72.950.287 ações ordinárias, 26.849.139 ações preferenciais classe "A" e 46.007.838 ações preferenciais classe "C", todas mantidas em tesourarias, adquiridas pela Companhia no período de junho a setembro de 2000, tendo sido solicitada pelo Sr. Presidente, a leitura do Parecer do Conselho Fiscal e Proposta do Conselho de Administração, documentos cujos teores são os seguintes: "**PARECER DO CONSELHO FISCAL** - O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Força e Luz, representado pelos membros que este subscrevem, no exercício da competência que lhe é atribuída pelo artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou a deliberação do Conselho de Administração, para o cancelamento das ações mantidas em tesouraria, adquiridas no período compreendido entre junho e outubro de 2000, no total 72.950.287 (setenta e dois milhões, novecentos e cinquenta mil, duzentas e oitenta e sete) ações ordinárias e 72.856.977 (setenta e dois milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, novecentos e setenta e sete) ações preferenciais, sendo 26.849.139 (vinte e seis milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, cento e trinta e nove) ações preferenciais da classe "A" e 46.007.838 (quarenta e seis milhões, sete mil, oitocentas e trinta e oito) ações preferenciais da classe "C", com redução da Reserva de Capital e a conseqüente adequação do parágrafo 1º, do artigo 5º, do Estatuto Social. Considerando que as propostas estão em consonância com a legislação societária e Estatuto Social da CPFL, O Conselho Fiscal é de parecer que as mesmas estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas. Campinas, 15 de março de 2001. Luiz Carlos Taba Iwayama, Paulo César Simplício da Silva, Miguel Cícero Terra Lima, Wilson Carlos Duarte Delfino, Antonio Carlos da Silva." e "**PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** - (...). Em decorrência do cancelamento das ações mantidas em tesouraria, no total de 72.950.287



ATA
DE
REUNÃO

**EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2001**

*ações ordinárias e 26.849.139 ações preferenciais classe "A", aprovado na 280ª RCA, e 46.007.838 ações classe "C", aprovado na 286ª RCA, o Conselho de Administração submete à apreciação e aprovação dos senhores acionistas as seguintes propostas: a) Estabelecer que os efeitos contábeis sejam reconhecidos no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de reserva de capital, conforme prevê o Inciso II, do Art. 200 da Lei 6404/76; b) Adequar o parágrafo 1º do artigo 5º, do Estatuto Social, que passará a ter a seguinte redação: "Artigo 5º, §1º - O Capital subscrito e realizado é de R\$ 3.214.416.638,11 (três bilhões, duzentos e quatorze milhões, quatrocentos e dezesseis mil, seiscentos e trinta e oito reais e onze centavos) dividido em 12.814.692.661 (doze bilhões, oitocentos e catorze milhões, seiscentos e noventa e dois mil, seiscentas e sessenta e uma) ações ordinárias escriturais e 24.511.914.583 (vinte e quatro bilhões, quinhentos e onze milhões, novecentos e catorze mil, quinhentas e oitenta e três) ações preferenciais escriturais, sendo 900.153.659 (novecentos milhões, cento e cinquenta e três mil, seiscentas e cinquenta e nove) da classe "A", 7.979.221.104 (sete bilhões, novecentos e setenta e nove milhões, duzentos e vinte e um mil, cento e quatro) da classe "B", e 15.632.539.820 (quinze bilhões, seiscentos e trinta e dois milhões, quinhentos e trinta e nove mil, oitocentas e vinte) ações preferenciais, resgatáveis, classe "C", sem direito a voto, todas sem valor nominal. (...) Campinas, 21 de março de 2001 Carlos Ermírio de Moraes - Presidente do Conselho de Administração". Após a apresentação, o Sr. Presidente submeteu à discussão e, em seguida, à votação, tendo sido **aprovada**, por unanimidade, a proposta de cancelamento das ações, bem como tendo sido **aprovado**, por unanimidade, o reconhecimento dos efeitos contábeis decorrentes do cancelamento das ações mantidas em Tesouraria, no Patrimônio Líquido, em contrapartida à conta de Reserva de Capital. Em decorrência da aprovação do cancelamento de ações, o **artigo 5º, parágrafo 1º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação:** "O Capital Social autorizado é representado por 60.000.000.000 (sessenta bilhões) de ações escriturais, sendo 20.000.000.000 (vinte bilhões) de ações ordinárias e 40.000.000.000*

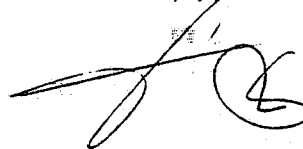


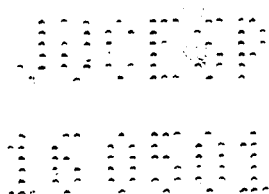
40.000.000

15.000.000

**EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2001**

(quarenta bilhões) de ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Primeiro - O Capital subscrito e realizado é de R\$ 3.214.416.638,11 (três bilhões, duzentos e quatorze milhões, quatrocentos e dezesseis mil, seiscentos e trinta e oito reais e onze centavos) dividido em 12.814.692.661 (doze bilhões, oitocentos e quatorze milhões, seiscentos e noventa e dois mil, seiscentos e sessenta e uma) ações ordinárias escriturais e 24.511.914.583 (vinte e quatro milhões, quinhentos e onze milhões, novecentos e quatorze mil, quinhentas e oitenta e três) ações preferenciais escriturais, sendo 900.153.659 (novecentos milhões, cento e cinquenta e três mil, seiscentas e cinquenta e nove) da classe "A", 7.979.221.104 (sete bilhões, novecentos e setenta e nove milhões, duzentas e vinte e uma mil, cento e quatro) da classe "B", e 15.632.539.820 (quinze bilhões, seiscentos e trinta e dois milhões, quinhentas e trinta e nove mil, oitocentas e vinte) ações preferenciais, resgatáveis classe "C", sem direito a voto, todas sem valor nominal", sendo que os demais parágrafos do artigo 5º do Estatuto Social permanecem inalterados. (V) O Sr. Presidente determinou a apresentação da proposta do Conselho de Administração aos Srs. Acionistas para captação de recursos para aquisição da participação acionária da Serra da Mesa Energia S/A e 521 Participações S/A na empresa Rio Grande Energia S/A, equivalente a 66,916% do capital social desta última, por meio da seguinte operação: (a) 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia (a "1ª Emissão"), para distribuição pública, com as características e condições a seguir, ficando delegados ao Conselho de Administração da Companhia poderes para, independentemente de nova deliberação pela Assembleia Geral, (1) deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei n.º 6404/76, bem como sobre a oportunidade da realização da 1ª Emissão; (2) cancelar as debêntures da 1ª Emissão que não sejam subscritas durante o período de distribuição; e (3) cancelar as debêntures da 1ª Emissão que estejam em tesouraria da Companhia: (i) Data de Emissão: para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 1º de junho 2001 (a "Data de Emissão"); (ii) Número de





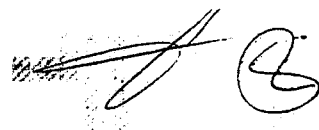
Séries: a 1ª Emissão será realizada em duas séries; (iii) **Valor Total da Emissão:** o valor total da 1ª Emissão será de R\$ 890.000.000,00 (oitocentos e noventa milhões de reais) na Data de Emissão, sendo R\$ 440.000.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões de reais) na primeira série e R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) na segunda série; (iv) **Quantidade de Títulos:** serão emitidas 89.000 (oitenta e nove mil) debêntures, sendo 44.000 (quarenta e quatro mil) debêntures na primeira série (as "Debêntures da Primeira Série") e 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures na segunda série (as "Debêntures da Segunda Série"), sendo as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, em conjunto, designadas como "Debêntures"; (v) **Valor Nominal Unitário:** as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário"); (vi) **Prazo e Vencimento:** as Debêntures da Primeira Série terão prazo de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se em 1º de junho de 2008 (a "Data de Vencimento da Primeira Série"); as Debêntures da Segunda Série, terão prazo de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2006 (a "Data de Vencimento da Segunda Série"); (vii) **Forma e Conversibilidade:** as Debêntures serão da forma escritural e não conversíveis em ações da Companhia; (viii) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária; (ix) **Remuneração:** as Debêntures da Primeira Série farão jus a remuneração anual, com base na variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (o "IGP-M"), acrescida de taxa máxima de juros de 11,75% ao ano, que será definida de acordo com procedimento de "bookbuilding", cuja finalidade é promover pesquisa de interesses junto ao mercado, maximizar a demanda e minimizar o limite máximo da taxa de 11,75% ao ano. O referido "bookbuilding" será organizado e conduzido pelos Agentes Distribuidores da 1ª Emissão abaixo indicados. As Debêntures da Segunda Série farão jus a remuneração anual, com base na taxa média do Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada pela CETIP – Central

Handwritten signature: *[Signature]*

ATA
16.05.01

**EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2001**

de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (a "CETIP"), no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", Edição Nacional (a "Taxa DI"), acrescida de *spread* máximo de 0,5% ao ano, que será definido de acordo com o procedimento de "*bookbuilding*", cuja finalidade é promover pesquisa de interesses junto ao mercado, maximizar a demanda e minimizar o *spread* máximo de 0,5% ao ano. O referido "*bookbuilding*" será organizado e conduzido pelos Agentes Distribuidores da 1ª Emissão abaixo indicados; **(x) Prazo e Forma de Subscrição:** A subscrição será efetuada com observância dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. A integralização será a vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição; **(xi) Agentes Distribuidores:** para a estruturação, coordenação e distribuição das Debêntures foi autorizada a contratação do BB – Banco de Investimentos S/A, Banco Bradesco S/A e Banco Votorantin S/A, para atuarem como Agentes Distribuidores da 1ª Emissão; **(xii) Autorizações:** Ficam os administradores da Companhia autorizados, observadas as condições das Debêntures ora deliberadas, a realizar o detalhamento das características e procedimentos que se fizerem necessários na Escritura de Emissão. Após a apresentação o Sr. Presidente colocou a matéria em discussão e votação tendo sido aprovada, com as abstenções legais, sendo que no item xi, em particular, houve a abstenção dos Acionistas Serra da Mesa Energia S/A, 521 Participações S/A e Draft II Participações S/A a emissão das debêntures, nos termos apresentados pelo Conselho de Administração. **ENCERRAMENTO:** Franqueada a palavra e não havendo qualquer outro pronunciamento, o Sr. Presidente encerrou a reunião, determinando fosse lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, segue assinada pelo Secretário da Mesa e pelos Acionistas presentes. Carlos Ermirio de Moraes - Presidente, p/Draft II Participações S/A - Luiz Mauricio Leuzinger, p/Bonaire Participações S/A - Carlos Eduardo Reich de Sampaio, p/





ATA DA
REUNIÃO
DE 25/04/01

**EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2001**

Serra da Mesa Energia S/A - João Carlos Hachmann, p/521 Participações S/A - Marisa Leite Brunialti, Gilberto Rocha da Silveira Bueno, Ricardo Luiz Robini Pinto, João Luiz Chemin Busato, Inácio Clemente da Silva - Conselheiro Fiscal, p/Arthur Andersen S/C – Auditores Independentes - Sergio Felice, Renato de Lima Junior - Secretário.

Declaro que o presente é extrato da Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 25/04/01 e confere com o texto original transcrito em livro próprio.

Campinas, 25 de abril de 2001.


Renato de Lima Junior
Secretário


Vanessa Gramani
OAB/SP 138226

